

**Mellisa Haussman e Birgit Sauer (eds.) (2007), *Gendering the State in the Age of Globalization: Women's Movements and State Feminism in Postindustrial Democracies*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.**

Este livro apresenta mais uma das pesquisas levadas a cabo pela Research Network on Gender, Politics and the State (RNGS-Europe) – Rede de Investigação sobre Género, Política e Estado. Esta Rede, fundada em 1995 por Amy Mazur, congrega investigadoras/es de 16 países ocidentais e é coordenada por Dorothy McBride, Amy G. Mazur, Joyce Outshoorn, Joni Lovenduski e Marila Guadagnini. Lançada a partir do trabalho fundador *Comparative State Feminism* (1995), a RNGS tem estudado o Feminismo de Estado em vários países – Austrália, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Polónia, Espanha, Suécia, e EUA – e desenvolvido estudos comparativos acerca da efectividade das agências estatais para a promoção da igualdade e seus impactos na melhoria das políticas de igualdade de género em cada país.

O propósito da RNGS tem sido estudar os movimentos de mulheres e a sua articulação com os governos desde os anos 1970. Procedendo a uma metodologia baseada em estudos de caso nacionais, procura-se documentar e explicar a forma como as instituições estatais promotoras da igualdade de género se têm constituído como parceiras e aliadas das activistas dos movimentos de mulheres, no sentido de abrir o processo de decisão político a estas últimas e incluir as mulheres e os seus interesses e reivindicações na cena política de cada país. Ao longo de várias fases de pesquisa (qualitativa e quantitativa), têm sido analisados em detalhe diversos debates políticos nacionais, de forma a comparar o impacto dos movimentos de mulheres e das agências oficiais em cinco áreas de política: a formação profissional, o aborto, a representação política, a prostituição e, finalmente, aquilo que se designou como ‘as questões quentes’ em cada país (objecto da presente publicação). Cada uma destas pesquisas deu origem a uma publicação em livro (seis), seminários, conferências e artigos vários, e o trabalho culminará com a aguardada publicação da obra final. Esta irá reflectir sobre os processos de democra-

tização e genderização das democracias estudadas, com descrições e avaliações dos sucessos e insucessos dos movimentos de mulheres, ao longo das 3 décadas analisadas, em termos de concretização dos seus objectivos e abertura das arenas de decisão política, bem como do papel e da evolução das agências estatais para a promoção da igualdade de género.

O livro aqui em questão, editado por Melissa Haussman e Birgit Sauer, doze anos depois da primeira publicação da Rede, apresenta um novo olhar sobre a problemática do Feminismo de Estado e da trajectória dos movimentos de mulheres, num contexto de reconfiguração e reestruturação tanto do estado, como dos próprios movimentos. O seu ponto de partida é equacionar a capacidade dos movimentos de mulheres e a efectividade das agências estatais de mulheres num contexto de dramática reestruturação política em que os impactos da globalização, da regionalização, descentralização e devolução, do recuo dos sistemas de Bem-estar, da lógica privatizante dos estados, da reorganização constitucional. Se, por um lado, estas transformações têm induzido os estados ocidentais a adoptarem a ideia do *gender mainstreaming*, por outro, deslocam a sua atenção para novas questões, lateralizando cada vez mais as questões caras à agenda dos movimentos de mulheres e claramente reconhecidas como interesses das mulheres. Testar a capacidade de genderização dos debates políticos sobre temas que emergiram, nos anos 1990, como ‘novas questões’ ou ‘novas prioridades’ de intervenção do estado, é o objectivo dos estudos de caso apresentados.

As publicações anteriores, e os respectivos estudos que lhes deram suporte, mostraram que as agências estatais dedicadas à promoção dos direitos das mulheres e da igualdade, criadas a partir de 1975 por impulso da ONU, agindo dentro do estado, são veículos importantes para a inclusão dos objectivos dos movimentos de mulheres nas políticas estatais, e para dar a estes movimentos acesso ao processo de tomada de decisão política. De igual modo, demonstraram que as activistas dos movimentos de mulheres têm sido, de forma generalizada, bem sucedidas nos desafios que colocaram aos decisores políticos nos últimos trinta anos, nas democracias pós-industriais – a representação das mulheres no processo político tem aumenta-

do, bem como a inclusão de questões de género na agenda política, tem sido uma realidade na maioria das democracias analisadas.

A reconfiguração do estado, desde os anos 1980, abriu as instituições estatais às protagonistas dos movimentos de mulheres e às suas exigências. Em países como, por exemplo, a Áustria e Alemanha, o enfraquecimento das estruturas corporativistas e a abertura do sistema de partidos a novos partidos, tal como Os Verdes, criaram uma nova oportunidade política para os movimentos de mulheres. Estes acabaram por, a partir desse período, se institucionalizar e consolidar, integrando-se em instituições formais estatais (agências oficiais para a igualdade de género, governos, departamentos públicos) ou não estatais (partidos políticos, media, universidade). Ora, se este processo de institucionalização dos movimentos de mulheres lhes retirou, por um lado, a sua força expressiva, por outro colocou as suas activistas, agora femocratas, próximas dos centros de decisão política, dando-lhes a possibilidade de levarem à agenda política temas do seu interesse.

Se o enfoque analítico dos estudos anteriores girava em torno de questões facilmente reconhecidas como questões de mulheres e cujo impacto era claramente de género, os estudos de caso apresentados nesta publicação desafiam os anteriores exactamente neste ponto. Ou seja, confrontam a eficácia das agências oficiais e dos próprios movimentos em novos domínios de debate público/político, que saem fora das tradicionais lutas e causas feministas. Com isto, e indirectamente, avaliam as próprias práticas de *gender mainstreaming* dos diversos estados analisados, isto é, a integração da dimensão da igualdade de género em todas as áreas de política.

À semelhança dos anteriores trabalhos, o livro apresenta-se como uma colecção de dezasseis capítulos onde, à excepção do primeiro ('Introdução: Os Movimentos de Mulheres e a Reestruturação do Estado nos Anos 90', por M. Haussman e B. Sauer) e do último ('Conclusão: Feminismo de Estado e Reestruturação do Estado desde os Anos 90', por B. Sauer, M. Haussman e Dorothy E. McBride), se apresentam 14 estudos de caso que exploram e analisam a trajectória de debates políticos sobre temas não reconhecidos como questões de género, mas considerados como prioridades nacionais (*hot issues*) nos vários países estudados. Desig-

nadamente, os debates sobre as políticas de família na Áustria, por B. Sauer (cap. 2); a questão dos direitos dos indígenas na Austrália, por B. Sullivan (cap. 3); a nova lei da nacionalidade belga, por A. E. Woodward (cap. 4); o sistema de saúde canadiano, por M. Haussman, (cap. 5); o debate sobre as políticas de guarda das crianças na Finlândia, por T. Aalto e A. M. Holli (cap. 6); a reforma das trinta e cinco horas de trabalho, em França, por A. Mazur (cap. 7); as questões da bioética, na Alemanha, por K. Braun (cap. 8); a reforma do estado italiano, por M. Guadagnini (cap. 9); - a reforma do sistema eleitoral do Japão, por M. Iwamoto (cap. 10); o debate sobre o *gap* no sistema de apoio domiciliário a idosos na Holanda, por J. Oldersma e J. Outshoorn (cap. 11); a reforma do sistema de protecção no desemprego, em Espanha, por Celia Valiente (cap. 12); os debates sobre as licenças de maternidade e paternidade na Suécia, por C. Bergqvist (cap.13); a questão da Reforma da *House of Lords* no Reino Unido, por J. Lovenduski (cap. 14); a reforma do sistema de Bem-Estar americano, por D. McBride (cap. 15). Portanto, o princípio comum, na análise dos estudos de caso, são os debates políticos sobre uma questão de elevada prioridade nacional, seleccionados por uma metodologia comum que, em primeiro lugar, listou as questões prioritárias da agenda política dos países, nos anos 1990, e a seguir, seleccionou a questão mais e maiores mudanças implicou na relação entre estado e sociedade (*downsizing*, reformas constitucionais, novas áreas de intervenção do estado).

A primeira das questões-chave transversais a todos estes estudos de caso é conhecer o impacto dos movimentos de mulheres no resultado político dos debates analisados, ou seja, saber se conseguiram ou não genderizar as questões de política discutidas. As diversas autoras avaliam esse impacto em duas dimensões: i. a resposta substantiva do estado, ou seja, a concretização ou não das exigências do movimento; ii. a resposta processual, ou seja, a integração de activistas dos movimentos de mulheres (individual ou colectivamente) na arena de discussão política. O mesmo impacto é classificado numa tipologia que apresenta quatro situações: i. '*dual response*', para os casos em que tanto a resposta processual como a substantiva são conseguidas; ii. '*co-optation*', para os casos em que o estado aceita integrar

e ver representado no debate político e na tomada de decisão as mulheres, mas não concretiza os seus objectivos e reivindicações; iii. *'pré-emption'*, quando há resposta substantiva mas não resposta processual; iv. *'no response'*, quando o estado não concede nenhum dos dois tipos de resposta, ou seja, nem integra as activistas no debate, nem tem em conta as suas reivindicações. As características dos movimentos de mulheres em cada país (fase, proximidade à esquerda, questões prioritárias, localização, coesão) e as características do ambiente político (subsistema político, partido/coligação no poder, abertura, estrutura, prioridades) são as duas variáveis independentes determinantes daqueles tipos impacto.

A segunda questão-chave transversal é conhecer a capacidade das agências oficiais promotoras da igualdade de género de serem mediadoras entre os movimentos de mulheres e o estado, e de elas próprias influenciarem o resultado dos debates políticos nacionais. A sua performance é apresentada numa tipologia constituída também por quatro tipos que caracterizam a sua relação com os movimentos e com o Estado: i. *'insider'*, se a performance adopta os objectivos e reivindicações dos movimentos e consegue genderizar o debate; ii. *'marginal'*, se protagoniza a defesa das reivindicações dos movimentos, mas não é capaz de as introduzir no quadro do debate político; iii. *'non feminist'*, quando a performance não apresenta relação com os movimentos, mas genderiza o debate; iv. *'symbolic'*, quando não representa nem apoia os movimentos, nem consegue genderizar o debate. Este potencial de cada agência é determinado pelo conjunto de características que apresenta em cada país quanto ao seu âmbito, tipo (ministério, direcção-gera), proximidade aos centros de poder, capacidade administrativa (orçamento, recursos humanos) e liderança.

Em termos de conclusões gerais, estas não são surpreendentes, ou seja, como seria de esperar foram escassos os casos (Finlândia, Alemanha, Itália e Bélgica) em que os movimentos de mulheres e as agências estatais promotoras da igualdade de género conseguiram resposta processual e substantiva da parte do estado. Na maioria dos casos, constatou-se o sucesso progressivo dos movimentos de mulheres em serem reconhecidos e aceites como actores nos debates políticos nacionais, mas provou-se também que

este acesso processual não concede representação substantiva, ou seja, a integração dos seus objectivos na decisão política. Subsiste, portanto, a dificuldade em *genderizar* as questões e alcançar conteúdos políticos substantivos que tomem em consideração as preocupações das mulheres e de género. Por seu lado, as agências estatais promotoras da igualdade de género revelaram-se pouco efectivas nestes debates políticos, mantendo-se, na maior parte, do lado de fora como figuras decorativas. Somente na Itália, Suécia e Estados Unidos é que a maquinaria agiu como *insider*, genderizando o debate e representando o movimento, o que leva as autoras a colocarem em questão a posição e estatuto destes organismos desde os anos 1990. Concluem também que, ao contrário, do enfraquecimento da capacidade das agências estatais, os movimentos de mulheres reconfigurados apresentam um potencial, como agentes consciencializadores da opinião pública e dos legisladores, acerca das implicações de género das políticas nacionais, conforme encetem os necessários processos de aprendizagem.

O trabalho crítico apresentado neste livro, além de nos permitir conhecer comparativamente a trajectória de debates políticos em torno da reestruturação do estado, induzidos pelo processo de globalização, o envolvimento das activistas dos movimentos de mulheres, o papel e situação do Feminismo de Estado, e os resultados desses mesmos debates políticos, permite-nos também, sem dúvida, apreciar as dificuldades e vicissitudes da política de *mainstreaming* de género, como prerrogativa política internacional e sua adopção pelos diferentes países.

**Rosa Monteiro**

*Instituto Superior Miguel Torga*

**Paulo K. Moreira. 2007. Políticas de Saúde: Ensaios para um Debate Nacional. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 175 pp. ISBN: 978-972-8830-93-9.**

O livro de Paulo Moreira é uma colectânea que reúne alguns artigos e estudos que o autor publicou no período compreendido entre 2003 e 2006, sobre gestão e políticas na área da saúde. Doutorado em Gestão de Serviços em Saúde e exercendo funções de